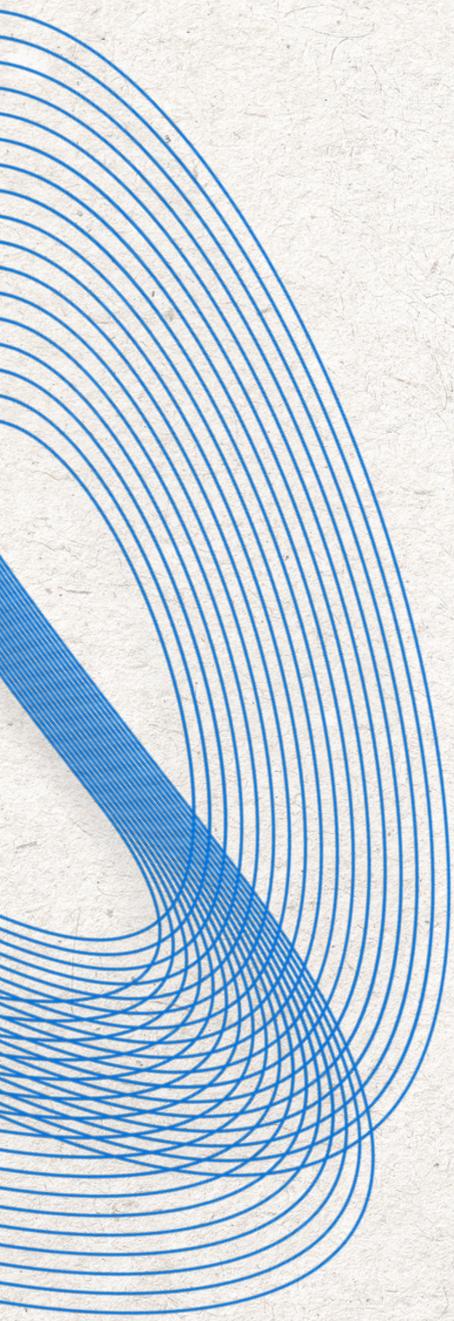




# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20  
25



# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Relatório Municipal ODS 2025 Curuçá





## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**Helder Zahluth Barbalho**

Governador do Estado do Pará

## FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

**Marcel do Nascimento Botelho**

Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**

Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**

Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos**

Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão  
da Informação

**Luziane Cravo Silva**

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Juliano Gotardo Pancieri**

Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**

Diretor de Operações Técnicas

**Oswaldo Trindade Carvalho**

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

## EXPEDIENTE

**Marcel do Nascimento Botelho**

Diretor-Presidente

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**

Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Marcelo Santos Chaves**

Coordenador de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA**

Coordenador Geral da Pesquisa

**Marcelo Santos Chaves – FAPESPA**

Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**

Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social  
da Amazônia – AMAZON CETEC**

Organização

# ÍNDICE

**Introdução**..... 8

**Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza**..... 9

1 - Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

**Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável**..... 11

3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

**Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar**..... 14

5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

**Objetivo 4 - Educação de Qualidade**..... 17

7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

**Objetivo 5 - Igualdade de Gênero**..... 19

9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

**Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento**..... 22

11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	<b>Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível</b> .....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	<b>Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico</b> .....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	<b>Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura</b> .....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	<b>Objetivo 10 – Redução das Desigualdades</b> .....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	<b>Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</b> .....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	<b>Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis</b> .....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	<b>Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</b> .....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	<b>Objetivo 14 – Vida na Água</b> .....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	<b>Objetivo 15 – Vida Terrestre</b> .....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	<b>Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</b> .....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	<b>Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação</b> .....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	<b>Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)</b> .....	50
	<b>Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027</b> .....	51

# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da Taxa de Pobreza, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	10
<b>Gráfico 2</b> - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	11
<b>Gráfico 3</b> - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
<b>Gráfico 4</b> - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	13
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	15
<b>Gráfico 6</b> - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	16
<b>Gráfico 7</b> - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
<b>Gráfico 8</b> - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	19
<b>Gráfico 9</b> - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
<b>Gráfico 11</b> - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
<b>Gráfico 12</b> - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	24
<b>Gráfico 13</b> - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 14</b> - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
<b>Gráfico 15</b> - Empregos Formais por Mil Habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
<b>Gráfico 16</b> - PIB per capita, Curuçá x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
<b>Gráfico 17</b> - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Curuçá x RI Guamá x Pará (2018-2022) .....	31
<b>Gráfico 18</b> - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	32
<b>Gráfico 19</b> - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2022) .....	33
<b>Gráfico 20</b> - Acesso à Telefonia Móvel, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	35
<b>Gráfico 21</b> - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
<b>Gráfico 22</b> - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	37
<b>Gráfico 23</b> - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	38
<b>Gráfico 24</b> - Gastos per capita com prevenção de desastres, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	40
<b>Gráfico 25</b> - Despesa per capita com preservação aquática, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	42
<b>Gráfico 26</b> - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	43
<b>Gráfico 27</b> - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
<b>Gráfico 28</b> - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	46
<b>Gráfico 29</b> - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	47
<b>Gráfico 30</b> - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Curuçá x RI Guamá x Pará (2018-2022) .....	48
<b>Gráfico 31</b> - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
<b>Gráfico 32</b> - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Curuçá x RI Guamá x Pará (2025) .....	50

# INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Curuçá (PA)**.



# ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

*Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.*

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



## Evolução da Taxa de Pobreza

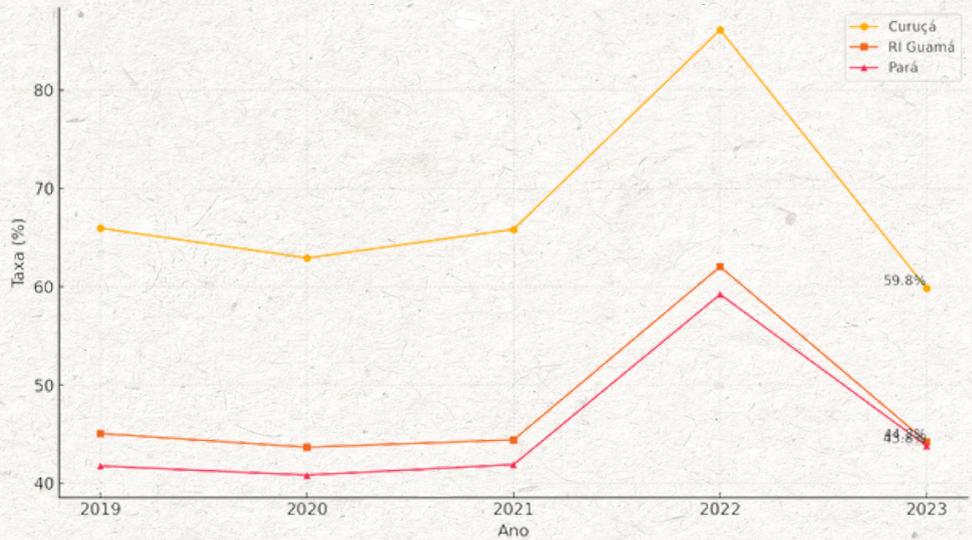
Em Curuçá, a taxa de pobreza apresentou um leve recuo de 66% em 2019 para 63% em 2020, voltando a subir para 65,4% em 2021. Contudo, em 2022, ocorreu um salto expressivo para 85,3%, seguido de uma queda significativa para 59,8% em 2023. Na Região de Integração do Guamá, os valores variaram de forma mais moderada, indo de 45% em 2019 para 44,8% em 2023, mas também registrando um pico em 2022 (62,1%). No estado do Pará, a taxa foi de 41,7% em 2019, mantendo estabilidade até 2021, com leve aumento em 2022 (59%) e posterior queda para 44,8%

em 2023 (Gráfico 1).

Esse comportamento evidencia forte impacto de eventos econômicos e sociais, principalmente em 2022, provavelmente reflexo das consequências da pandemia. O município de Curuçá demonstra maior vulnerabilidade, com taxas sempre superiores às médias regionais e estaduais. A queda registrada em 2023 é relevante, mas o patamar de 59,8% ainda supera consideravelmente os 44,8% do estado. A RI do Guamá também segue padrão intermediário, apontando desigualdade territorial. A reversão da tendência em 2023 pode refletir desigualda-



**Gráfico1** - Evolução da Taxa de Pobreza, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

de territorial. A reversão da tendência em 2023 pode refletir recuperação econômica ou aumento de políticas sociais compensatórias (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

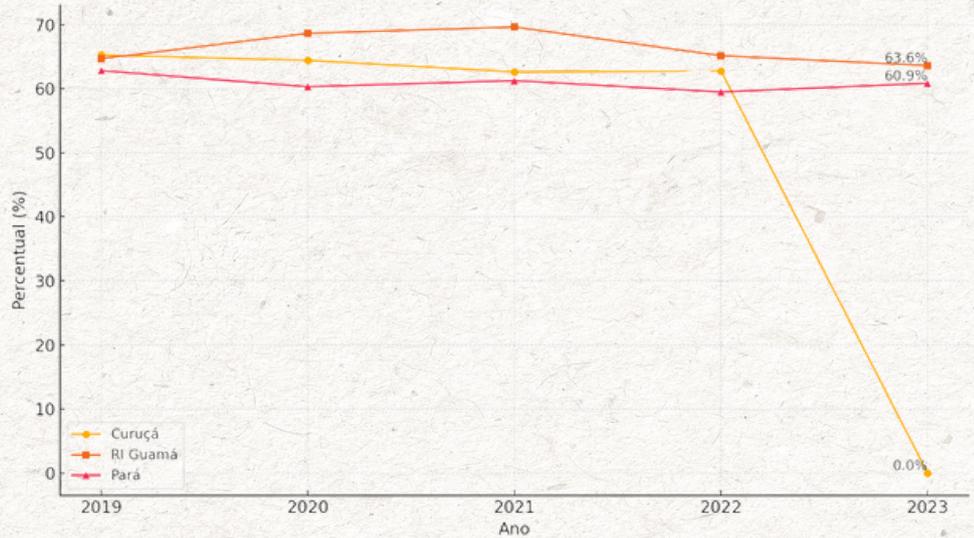
### Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Curuçá, os percentuais de despesas públicas com serviços essenciais se mantiveram estáveis entre 2019 e 2022, variando de 64,8% para 62,5%. Porém, em 2023, há um colapso no indicador, que atinge 0%, o que é extremamente atípico e pode refletir erro de registro, ausência de investimentos diretos em áreas essenciais, ou falhas administrativas. A RI do Guamá, por sua vez, manteve patamares elevados e estáveis, oscilando de 65,5% em 2019 para 63,6% em 2023. O estado do Pará variou entre 63% (2019) e 60,9% (2023), com pequenas flutuações (Gráfico 2).

O padrão de estabilidade regional contrasta fortemente com a anomalia de Curuçá em 2023. Até 2022, o município mantinha níveis similares aos da região e do estado, o que reforça a hipótese de uma interrupção abrupta nos gastos essenciais. Tal ocorrência pode comprometer diretamente os indicadores sociais locais, como saúde, educação e saneamento. Isso também pode ajudar a explicar a alta taxa de pobreza de 2022 e o possível impacto residual em 2023, além de influenciar negativamente outros indicadores (Gráfico 2).



**Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta não foi alcançada.

# ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.*

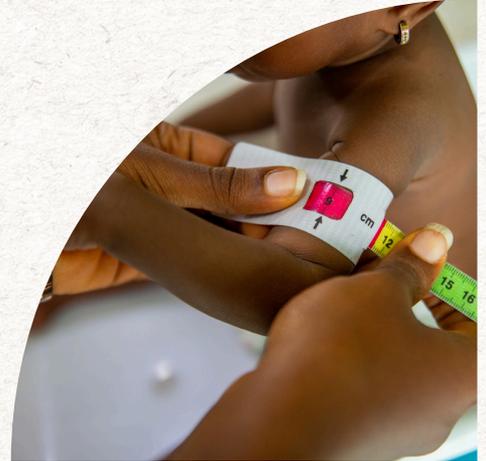


### Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

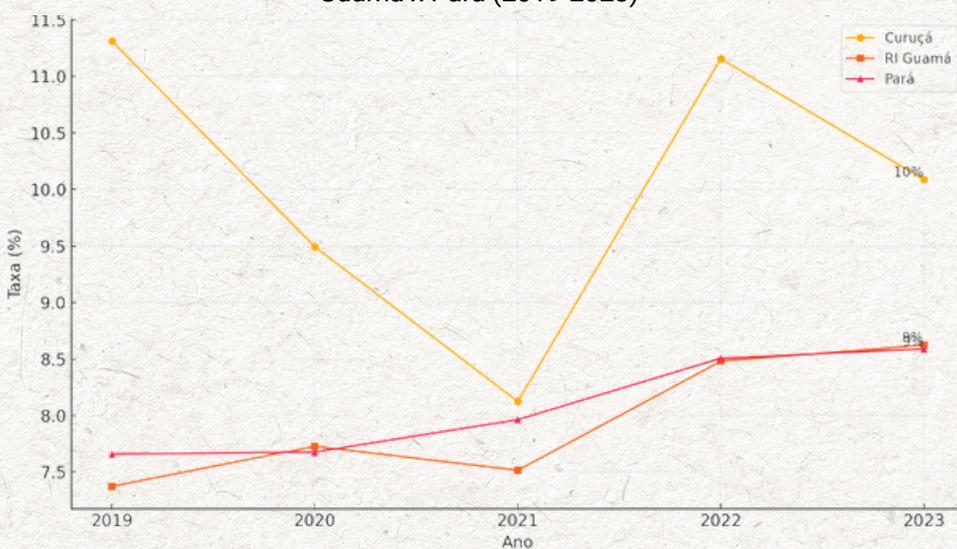
Curuçá apresentou um declínio na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer de 11,3% em 2019 para 8,1% em 2021. Contudo, o índice voltou a subir para 11,1% em 2022, encerrando 2023 em 10%. Já a RI do Guamá manteve certa estabilidade, com variações discretas de 7,3% (2019) para 9% (2023). O estado do Pará oscilou levemente, passando de 7,6% em 2019 para 8,9% em 2023, mantendo-se consistentemente abaixo dos índices de Curuçá (Gráfico 3).

Os dados indicam que Curuçá enfrenta dificuldades per-

sistentes na área de saúde materno-infantil, com valores superiores aos das demais esferas territoriais em todo o período. A melhoria observada até 2021 foi anulada pelo retrocesso nos dois anos seguintes, possivelmente afetado pelas falhas na prestação de serviços essenciais após 2022. O comportamento do indicador reflete uma combinação de fatores estruturais, como acesso precário a pré-natal, alimentação e saneamento básico, evidenciando uma fragilidade nos determinantes sociais da saúde (Gráfico 3).



**Gráfico 3** - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

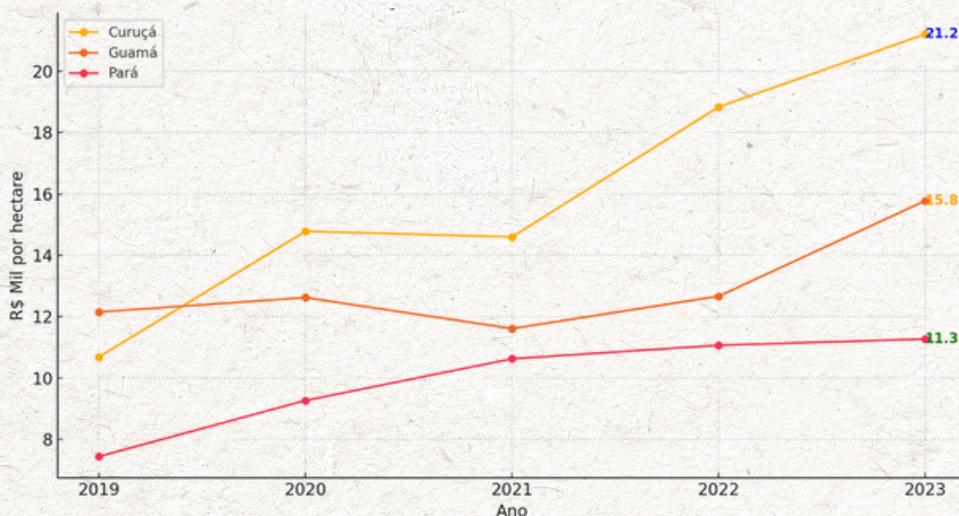
## Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Curuçá apresentou uma tendência fortemente crescente de produtividade agrícola, partindo de R\$ 10,7 mil/hectare em 2019 para R\$ 21,2 mil/hectare em 2023. Na RI do Guamá, o crescimento foi mais moderado, indo de R\$ 12,2 mil em 2019 para R\$ 15,8 mil em 2023. O estado do Pará apresentou elevação progressiva, mas com valores inferiores, iniciando em R\$ 7,5 mil e alcançando R\$ 11,3 mil por hectare no mesmo período (Gráfico 4).

O desempenho agrícola de Curuçá é expressivamente superior, especialmente após 2021,

quando o município ultrapassou a média regional. Essa alta produtividade pode estar relacionada à especialização em culturas de maior valor agregado ou ao uso intensivo de tecnologia agrícola. No entanto, esse avanço produtivo não se refletiu diretamente na redução consistente da pobreza ou na melhoria contínua de indicadores sociais, sugerindo uma distribuição desigual dos frutos da atividade agrícola ou possível concentração de renda no setor rural (Gráfico 4).

**Gráfico 4** - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21,2 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





# ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.*

## Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

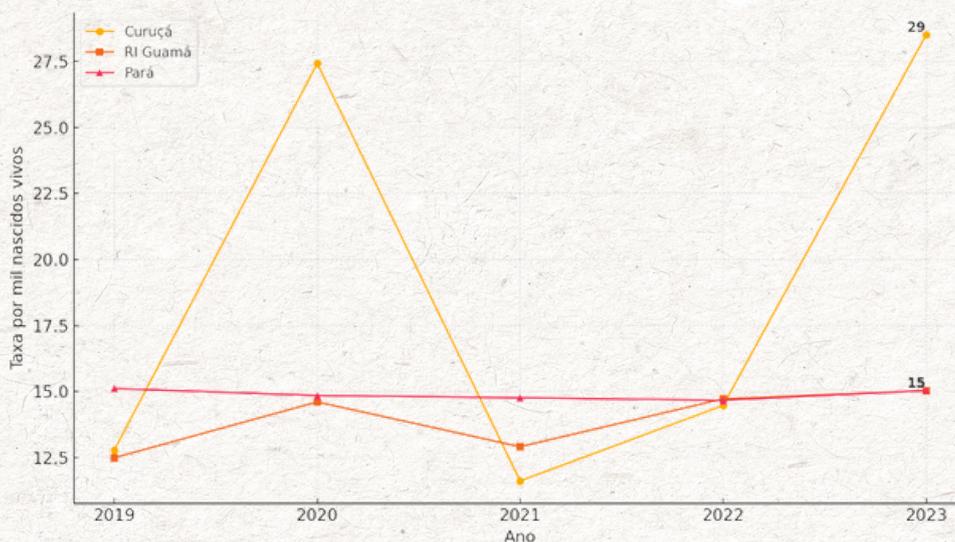
Entre 2019 e 2023, a taxa de mortalidade infantil em Curuçá apresentou oscilações significativas. Partiu de 12,7 em 2019, atingiu um pico crítico de 27,5 em 2020, caiu para 11,5 em 2021, voltou a subir para 14,6 em 2022 e chegou ao maior valor no período: 29 em 2023. Na Região de Integração do Guamá, os dados oscilaram suavemente: 12,6 em 2019, 14,7 em 2020, 13 em 2021, 14,5 em 2022 e 14,6 em 2023. O estado do Pará manteve estabilidade, com variações entre 15,2 (2019) e 15 (2023), o que demonstra maior controle (Gráfico 5).

A elevada variação em Curuçá indica fragilidade na atenção à saúde infantil e à gestante, especialmente diante dos picos de 2020 e 2023. As oscilações acentuadas contrastam com a estabilidade observada nos níveis regional e estadual. Esses dados sugerem falta de continuidade nas políticas de saúde no município ou vulnerabilidades sociais mais acentuadas. A baixa cobertura médica local pode ser um dos fatores explicativos. A atuação governamental precisa priorizar medidas de vigilância materno-infantil. Investimentos em estrutura de saúde e atendimento pré-natal são fundamentais para reverter o quadro (Gráfico 5).





**Gráfico 5** - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Número de Médicos por 10 mil habitantes

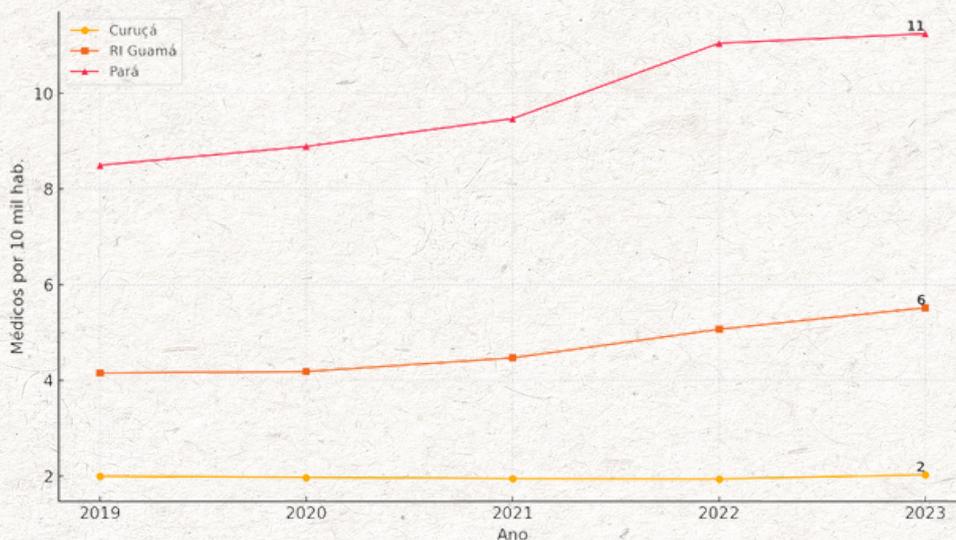
Curuçá manteve uma taxa estagnada de 2 médicos por 10 mil habitantes durante todo o período de 2019 a 2023, sem qualquer crescimento. A Região de Integração do Guamá registrou um aumento de 4,2 médicos em 2019 para 6 em 2023, revelando avanços graduais. Já o estado do Pará obteve crescimento mais expressivo, indo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023. A diferença entre o município e os demais níveis é marcante (Gráfico 6).

A estagnação de Curuçá no acesso a médicos revela uma grave limitação em

sua rede de saúde pública. Mesmo com avanços regionais e estaduais consistentes, o município não apresentou progresso, o que pode refletir dificuldades em atrair e fixar profissionais. Isso impacta diretamente indicadores como mortalidade infantil, cuja elevação acompanha a precariedade no atendimento. É necessário reforçar políticas de incentivo à interiorização da saúde. Sem melhoria nesse indicador, o município continuará em desvantagem quanto à equidade no acesso a serviços básicos (Gráfico 6).



**Gráfico 6** - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



# ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

*Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.*

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

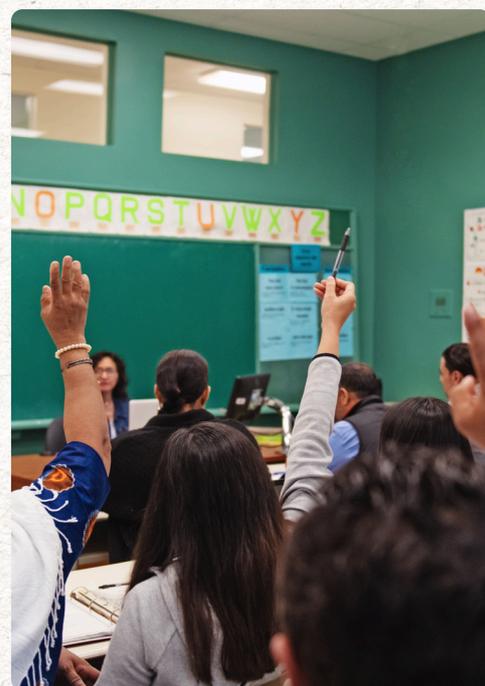
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

## Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Curuçá iniciou 2019 com 222 vagas por mil habitantes, reduziu ligeiramente para 216 em 2020 e atingiu o pico de 239 vagas em 2021. A partir desse ponto, a oferta caiu para 223 em 2022 e chegou ao menor valor do período: 189 vagas em 2023. Na RI do Guamá, o número foi de 216 em 2019 para 190 em 2023. O estado do Pará passou de 211 para 198 vagas por mil habitantes no mesmo intervalo (Gráfico 7).

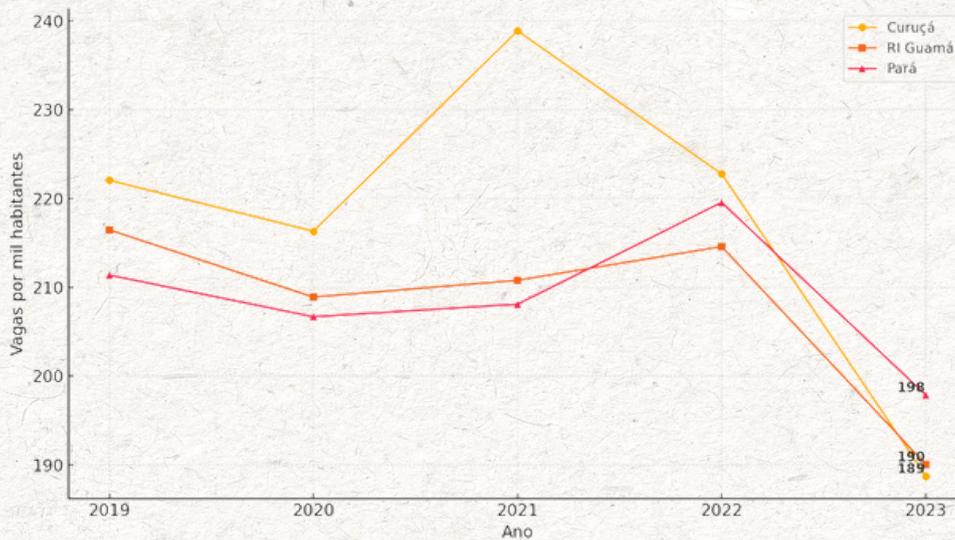
A retração em 2023 é notável, especialmente para Cu-

ruçá, com uma queda de 50 vagas em dois anos. Isso pode ter relação com restrições orçamentárias, redução da demanda ou reorganização de matrículas. O pico de 2021 pode refletir ações emergenciais em resposta à pandemia, mas que não foram mantidas. A redução compromete o acesso à educação básica e pode impactar indicadores futuros de aprendizagem e permanência escolar. É fundamental observar se há redistribuição ou supressão de matrículas no sistema público (Gráfico 7).





**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 189 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Escolas com Acesso à Internet

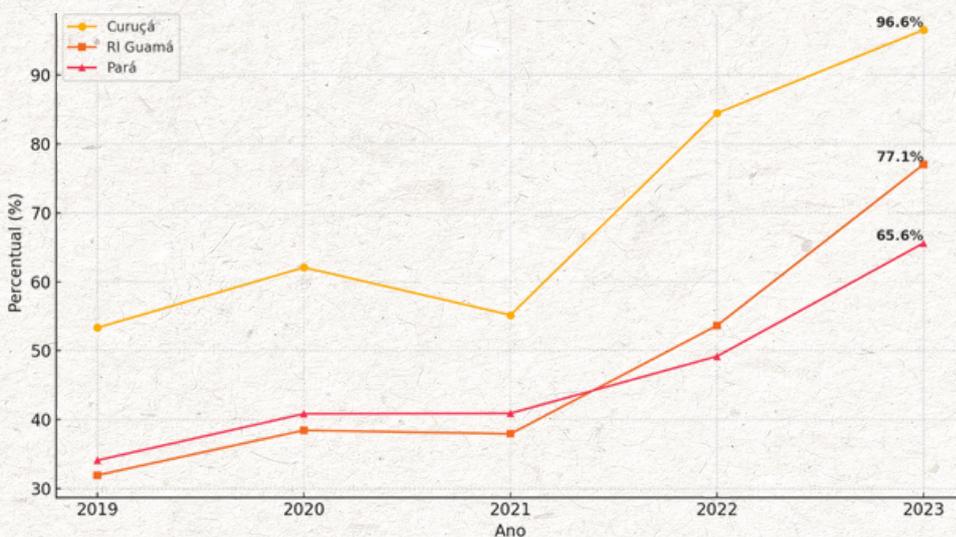
Curuçá avançou significativamente na conectividade escolar: saiu de 53,3% das escolas com acesso à internet em 2019 para 96,6% em 2023. A RI do Guamá também registrou evolução, de 32,3% para 77,1% no período. O estado do Pará iniciou com 34% em 2019 e alcançou 65,6% em 2023. O salto mais expressivo em Curuçá ocorreu entre 2021 (55,4%) e 2022 (85%) (Gráfico 8).

Esse crescimento coloca Curuçá em posição de destaque frente aos demais níveis, aproximando-se da universalização

da internet nas escolas. A expansão do acesso à tecnologia educacional é essencial para reduzir desigualdades, principalmente após a pandemia, que acentuou a necessidade do ensino remoto. Mesmo com limitações em infraestrutura e pessoal, o município conseguiu priorizar a conectividade. Essa estratégia pode ter efeitos positivos na qualidade do ensino e na inclusão digital. Políticas de manutenção e capacitação docente devem acompanhar esse avanço (Gráfico 8).



**Gráfico 8** - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 96,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.*

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

### Violência Contra a Mulher por Parceiros

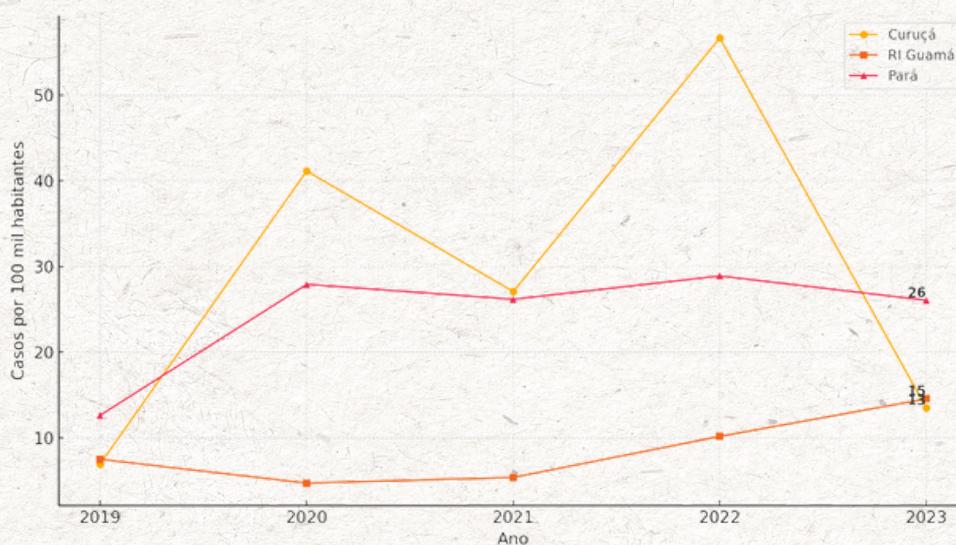


No município de Curuçá, a taxa apresentou forte oscilação entre 2019 e 2023. Iniciou com 7,4 em 2019, disparou para 41,0 em 2020, caiu para 27,1 em 2021, voltou a subir para 56,6 em 2022 e encerrou 2023 com expressiva queda para 13,6. Na Região de Integração Guamá, os valores foram mais baixos e estáveis: 7,6 (2019), 4,6 (2020), 5,6 (2021), 10,2 (2022) e 15,1 (2023), evidenciando crescimento recente. Já o estado do Pará manteve médias mais elevadas, começando com 12,8 em 2019, subindo para 27,9 em 2020, oscilando levemente até alcançar 28,9 em 2022, e fechando 2023 com 26,0 (Gráfico 9).



Esse cenário revela que Curuçá teve picos significativos, destoando tanto da sua região quanto do estado, especialmente nos anos de 2020 e 2022. O comportamento errático pode indicar subnotificação em certos anos ou picos episódicos de violência. Por outro lado, tanto a RI Guamá quanto o Pará revelaram um crescimento geral ao longo do período, ainda que em ritmo diferente. Em 2023, nota-se uma convergência entre os três recortes, com a taxa de Curuçá se igualando praticamente à da RI Guamá, embora ainda abaixo da média estadual. Esse dado pode indicar melhora local, mas exige monitoramento para verificar a tendência (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

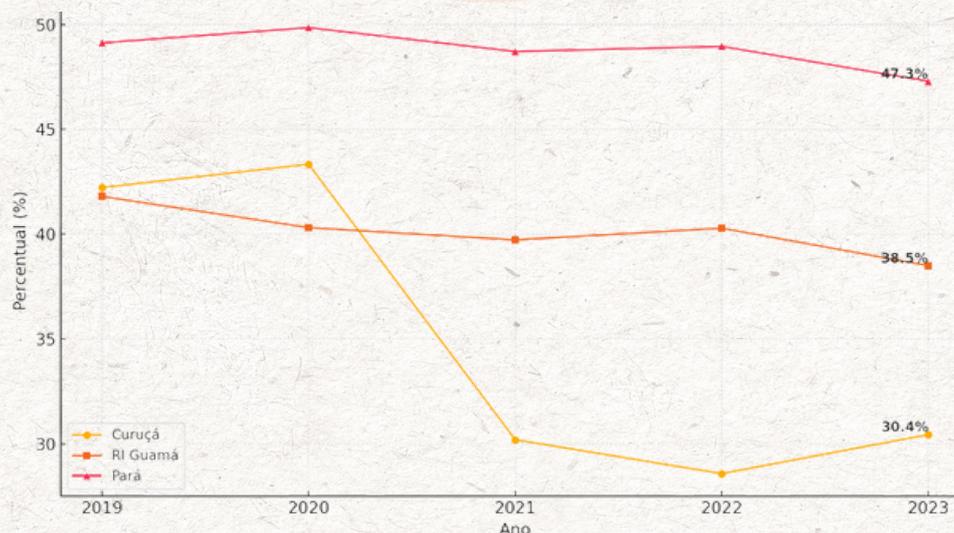
Curuçá apresentou declínio expressivo na participação feminina em cargos gerenciais, saindo de 42,1% em 2019 para 30,4% em 2023. O ponto mais alto foi em 2020, com 43,4%, seguido de queda acentuada para 30,2% em 2021 e estabilização nos dois anos seguintes. Na RI Guamá, os percentuais se mantiveram mais estáveis, variando de 42,0% (2019) a 38,5% (2023), com pequenas oscilações entre os anos. Já o estado do Pará manteve os maiores percentuais do período: 49,1% (2020), caindo levemente para 47,3% em 2023, o que indica maior presença feminina na gestão pública e privada (Gráfico 10).





A queda brusca em Curuçá, principalmente entre 2020 e 2021, sugere retrocesso em termos de equidade de gênero em cargos de liderança. Esse comportamento destoante frente à estabilidade regional e estadual pode indicar falta de políticas locais de promoção da igualdade. O Pará, por sua vez, manteve uma taxa próxima a 49% ao longo do período, refletindo avanços estruturais mais consolidados. A RI Guamá apresenta uma situação intermediária, mas ainda preocupante. É necessário investigar fatores estruturais e culturais locais que possam estar impactando negativamente a presença feminina em funções gerenciais no município (Gráfico 10).

**Gráfico 10** - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

# ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

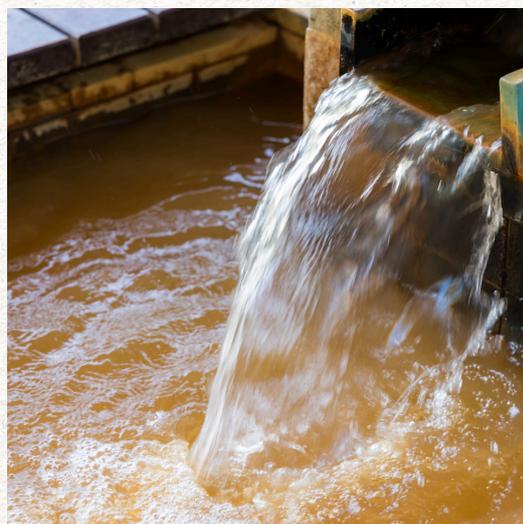
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

*Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.*

## Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

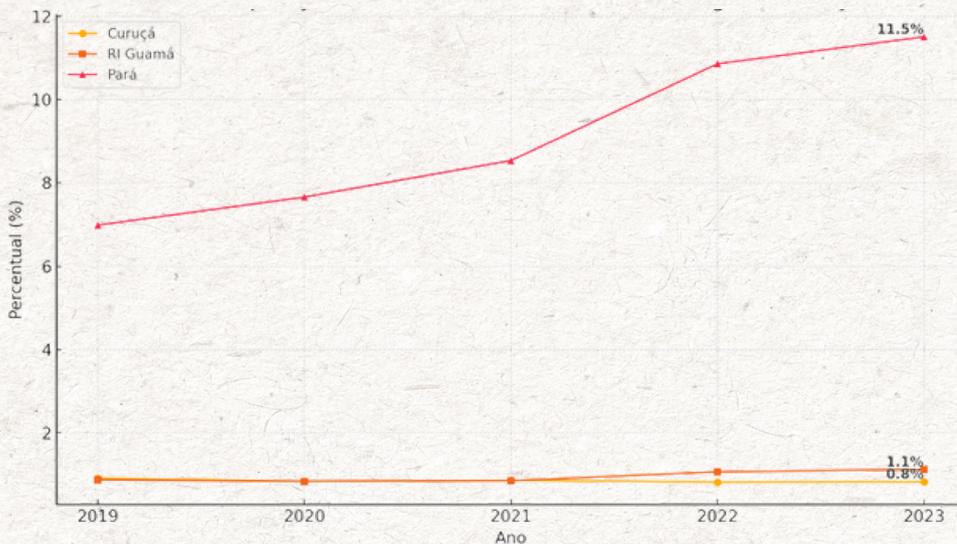
O município de Curuçá manteve-se em patamar extremamente baixos durante o período, com apenas 0,9% em 2019, recuando para 0,8% em 2020 e 2021, e em 2023. A RI Guamá seguiu uma tendência similar: 0,9% (2019), 0,8% (2020), 0,9% (2021), estabilizando-se em 1,1% nos dois anos finais. Em contraste, o estado do Pará demonstrou avanços significativos: partiu de 7,0% em 2019, subiu para 8,5% em 2021 e alcançou 11,5% em 2023, um crescimento constante (Gráfico 11).

Esse cenário revela uma estagnação crítica na cobertura de esgotamento sanitário para a população de baixa renda tanto em Curuçá quanto na RI Guamá, com indicadores praticamente nulos ao longo dos anos. Isso contrasta fortemente com o progresso estadual, ainda que lento, mas contínuo. O hiato entre os percentuais do município e do estado aumentou significativamente até 2023, evidenciando desigualdades territoriais marcantes. A falta de avanço local indica a ausência de investimentos consistentes ou políticas públicas voltadas à universalização do saneamento básico para a população mais vulnerável (Gráfico 11).





**Gráfico 11** - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto per capita com saneamento básico em Curuçá foi nulo entre 2019 e 2021 (R\$ 0,00), saltando para R\$ 41,4 em 2022 e recuando para R\$ 0,00 novamente em 2023. Na RI Guamá, os valores permaneceram constantes entre 2019 e 2022, girando em torno de R\$ 15,00, mas caíram para R\$ 11,0 em 2023. No estado do Pará, houve oscilações mais expressivas: R\$ 79,7 em 2019, R\$ 113,6 em 2020, queda em 2021 (R\$ 95,9), pico em 2022 (R\$ 154,6) e redução em 2023 (R\$ 137,3) (Gráfico 12).

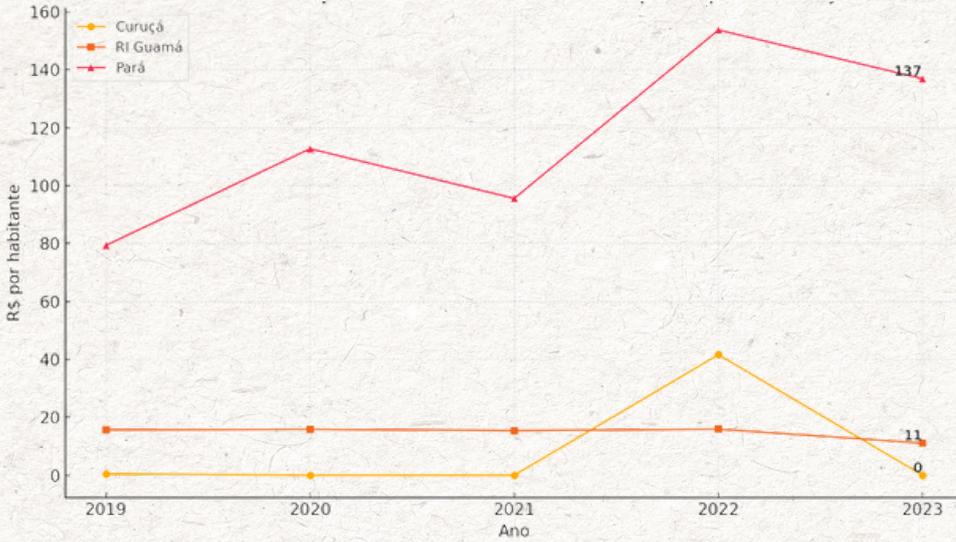
A ausência de gastos em quatro dos cinco anos avaliados por parte de Curuçá evidencia negligência ou des-

continuidade na aplicação de recursos para saneamento básico. A única exceção foi em 2022, com gasto pontual significativo, mas sem continuidade no ano seguinte. A RI Guamá, apesar de manter valores modestos, apresentou regularidade superior ao município. O Pará mostra uma tendência geral de crescimento, ainda que com oscilações, refletindo esforços mais consistentes em escala estadual. A falta de investimento sustentado em Curuçá reforça os baixos indicadores de cobertura de esgoto, afetando diretamente a qualidade de vida da população de baixa renda (Gráfico 12).





**Gráfico 12** - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

# ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

*Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.*

## Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

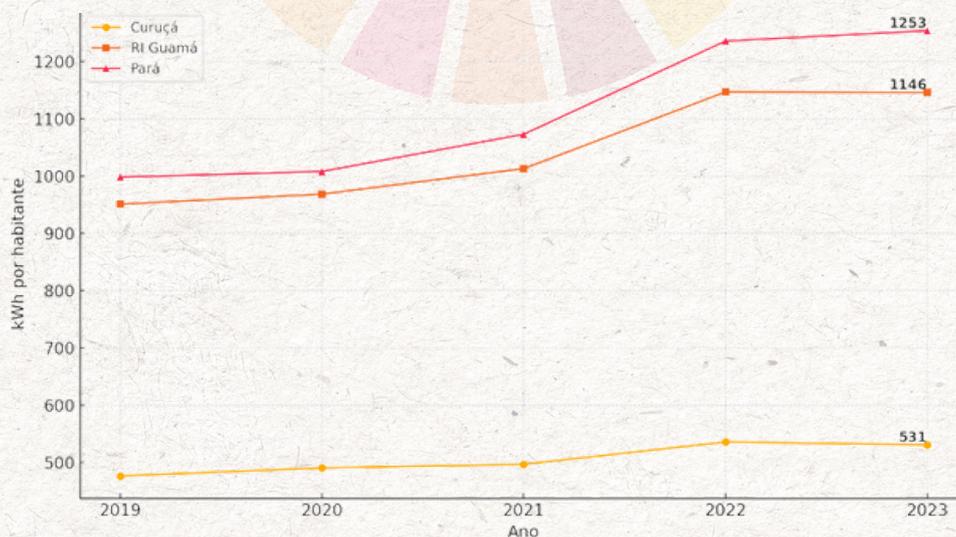


Em Curuçá, o consumo de energia por habitante foi de 470 kWh em 2019 e aumentou gradualmente até 2022, quando atingiu 540 kWh. Em 2023, houve leve queda para 531 kWh. Na RI Guamá, o consumo partiu de 957 kWh em 2019 e subiu para 1.146 kWh em 2022 e 2023, demonstrando crescimento mais intenso. Já o estado do Pará apresentou trajetória ascendente, partindo de 1.000 kWh (2019) para 1.253 kWh (2023). Em todos os anos, Curuçá permaneceu abaixo das médias regional e estadual (Gráfico 13).



Esse cenário revela desigualdade significativa no acesso e uso da energia elétrica entre Curuçá e os demais recortes territoriais. Apesar do crescimento local até 2022, o patamar municipal em 2023 ainda é inferior à metade da média estadual. A estabilidade nos valores de 2023 na RI Guamá e em Curuçá pode indicar limitação estrutural ou econômica. O Pará, por outro lado, mantém expansão contínua, indicando maior dinamismo energético e acesso à infraestrutura. É recomendável fortalecer políticas de universalização do acesso à energia no município (Gráfico 13).

**Gráfico 13** - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 531 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

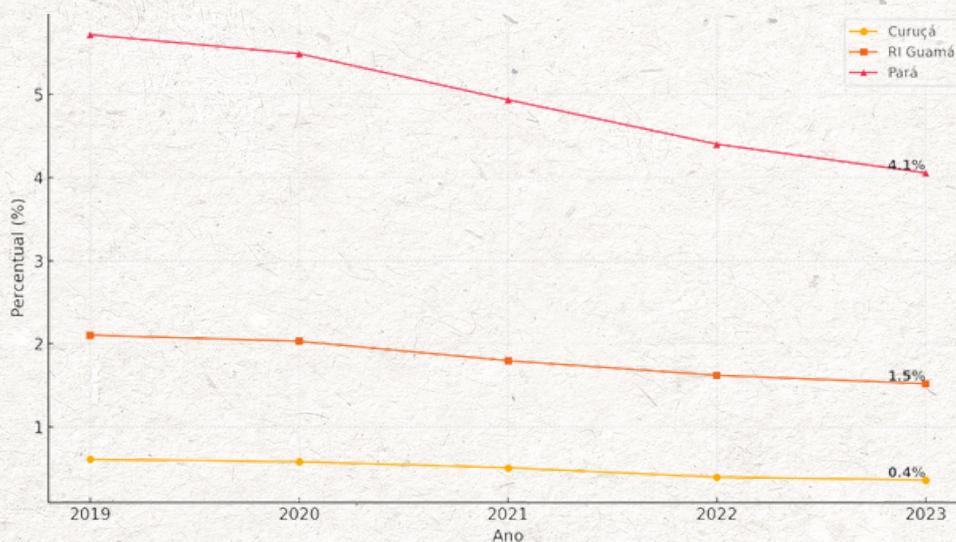
Em Curuçá, a porcentagem de domicílios de baixa renda que ainda utilizam iluminação fóssil caiu de 0,6% em 2019 para 0,4% em 2023. A RI Guamá apresentou redução de 2,1% (2019) para 1,5% (2023), evidenciando avanços mais modestos. O estado do Pará, embora com maiores percentuais, também mostrou progresso: 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. A queda foi constante nos três níveis, indicando esforços de transição energética. Curuçá, nesse indicador, se destaca positivamente (Gráfico 14).



O baixo uso de iluminação fóssil em Curuçá, já abaixo de 1% desde o início da série, revela que a cobertura elétrica básica chega à maior parte das residências de baixa renda. Mesmo com menor consumo per capita, a existência de eletricidade mínima está mais consolidada. O contraste com a RI Guamá e, principalmente, com o estado do Pará, reforça a necessidade de priorizar outras regiões mais críticas. A continuidade dessa tendência pode contribuir para erradicar o uso de fontes poluentes e precárias no município (Gráfico 14).



**Gráfico 14** - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

# ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

*Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



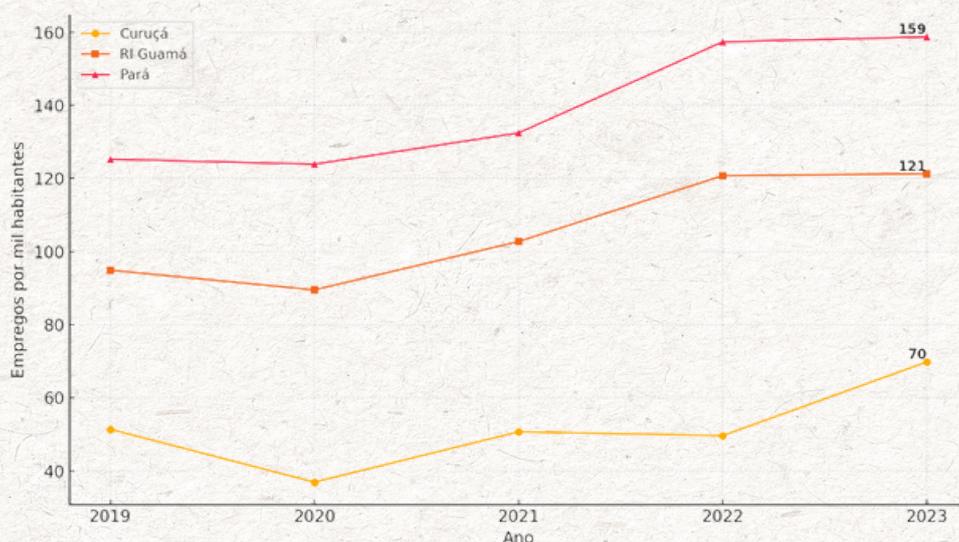
## Empregos Formais por Mil Habitantes

A trajetória de Curuçá indica vulnerabilidade do mercado formal de trabalho frente à crise de 2020, mas com sinais de recuperação expressiva nos dois últimos anos. Apesar da retomada, o município ainda permanece significativamente abaixo da média estadual e regional, demonstrando desigualdades no dinamismo econômico. A RI Guamá demonstrou estabilidade e crescimento moderado, acompanhando a recuperação estadual. Já o Pará mostrou um aumento robusto de postos formais por habitante, com ganhos de quase 34 empregos por mil entre 2020 e 2023. O fortalecimento da formalização do trabalho parece mais consistente em níveis estadual e regional, exigindo políticas específicas para o nível municipal (Gráfico 15).

Em Curuçá, o número de empregos formais por mil habitantes iniciou em 51,6 em 2019, caiu significativamente para 36,4 em 2020, mas iniciou uma recuperação a partir de 2021 (50,6), mantendo-se estável em 2022 (49,9) e avançando expressivamente para 70,0 em 2023. A Região de Integração Guamá começou com 95,2 em 2019, sofreu leve recuo em 2020 (89,4), mas recuperou-se com crescimento contínuo até alcançar 121,0 em 2022 e 2023. O estado do Pará manteve patamares superiores, variando de 125,4 em 2019 para 124,3 em 2020, e após uma curva ascendente, chegou a 159,0 em 2023 (Gráfico 15).



**Gráfico 15** - Empregos Formais por Mil Habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### PIB per capita

Curuçá apresentou crescimento contínuo do PIB per capita no período, passando de R\$ 7.154 em 2018 para R\$ 9.203 em 2022. O maior salto ocorreu entre 2019 e 2020, quando passou de R\$ 7.108 para R\$ 8.002, sugerindo uma leve aceleração do crescimento local. A RI Guamá também registrou aumento, partindo de R\$ 12.706 em 2018 para R\$ 16.258 em 2022, com variações suaves e evolução progressiva. Já o estado do Pará apresentou uma trajetória mais robusta, com crescimento de R\$ 18.996 (2018) para R\$ 33.954 (2022), um aumento ex-



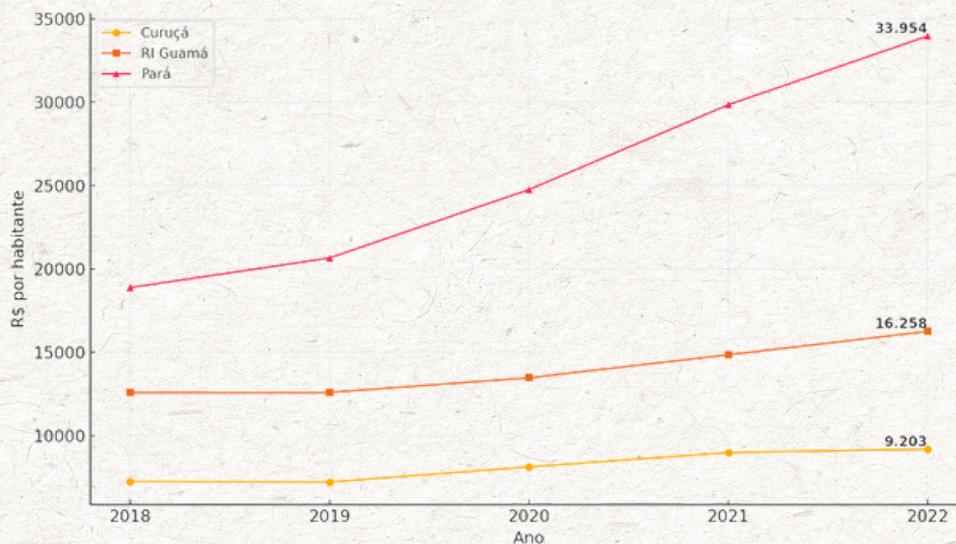
pressivo de quase R\$ 15 mil por habitante (Gráfico 16).

Esse comportamento evidencia que, apesar de o município de Curuçá estar avançando economicamente, seu ritmo é

inferior ao observado nas esferas estadual e regional. Em 2022, a diferença entre o PIB per capita de Curuçá e o do Pará era de mais de R\$ 24 mil, evidenciando disparidades marcantes. A RI Guamá, embora mais próxima do estado, também registra um hiato considerável. O desempenho do Pará provavelmente está relacionado ao avanço de atividades industriais e extrativistas de maior valor agregado. Isso ressalta a necessidade de maior dinamização econômica em Curuçá, com foco em setores produtivos de maior retorno per capita (Gráfico 16).



**Gráfico16** - PIB per capita, Curuçá x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9.203/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

*Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



## Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



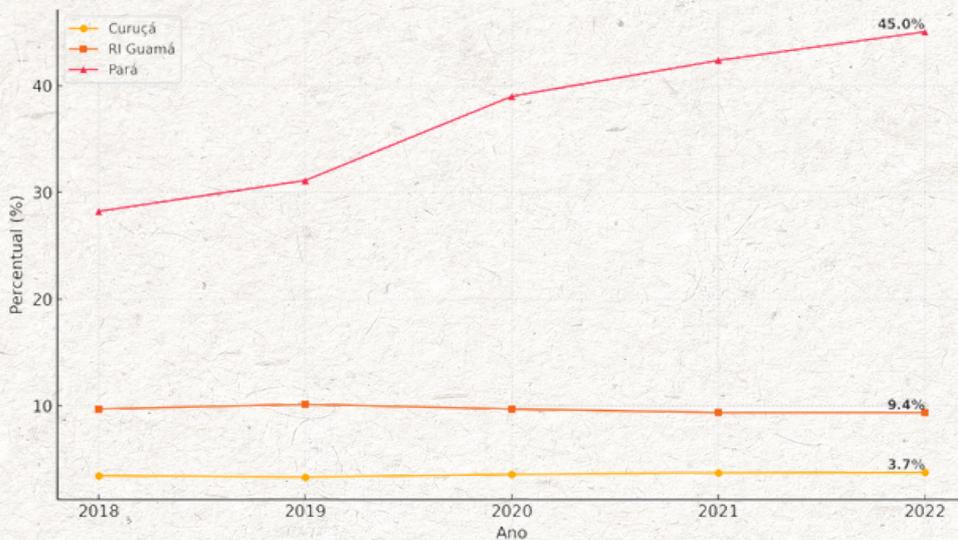
Curuçá manteve participação industrial reduzida em sua economia, com variações discretas: 3,1% (2018), 3,0% (2019), 3,3% (2020), 3,5% (2021) e 3,7% (2022). A RI Guamá apresentou maior participação relativa, partindo de 9,7% em 2018, atingindo pico de 10,1% em 2019 e encerrando 2022 com 9,4%. O Pará evidenciou crescimento notável da indústria no período, começando com 28,5% em 2018 e alcançando 45,0% em 2022, o que representa um aumento de mais de 16 pontos percentuais. Isso indica forte expansão do setor industrial no estado, contrastando com a estagnação municipal (Gráfico 17).

A baixa participação da indústria no PIB de Curuçá revela dependência de setores menos dinâmicos, como serviços e agropecuária, dificultando maior geração de valor econômico. Enquanto isso, a RI Guamá mostra estabilidade, mas sem grande avanço, permanecendo abaixo da média estadual. O Pará, por outro lado, experimenta crescimento industrial expressivo, o que pode estar atrelado a investimentos em mineração, energia e grandes obras de infraestrutura. A discrepância entre Curuçá e o estado reflete uma lacuna no aproveitamento das cadeias industriais e exige políticas de incentivo à industrialização de base local e regional (Gráfico 17).





**Gráfico 17** - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Curuçá x RI Guamá x Pará (2018-2022)

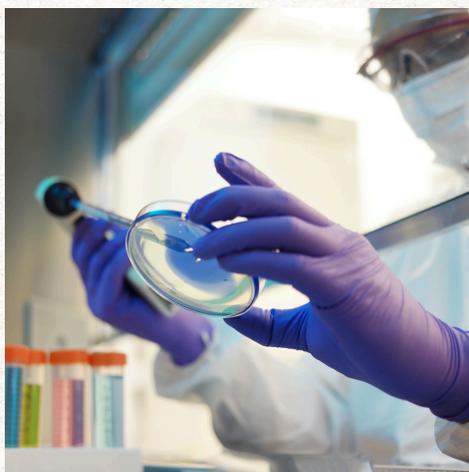


Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Curuçá, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes iniciou em 6,6 em 2019, sofreu uma forte queda em 2020 (2,1) e apresentou crescimento gradual até 2022 (4,1), com salto significativo em 2023, quando atingiu 12,0. A RI Guamá começou em 7,6 (2019), reduziu ligeiramente para 6,5 (2020), e depois subiu para 9,3 (2021),



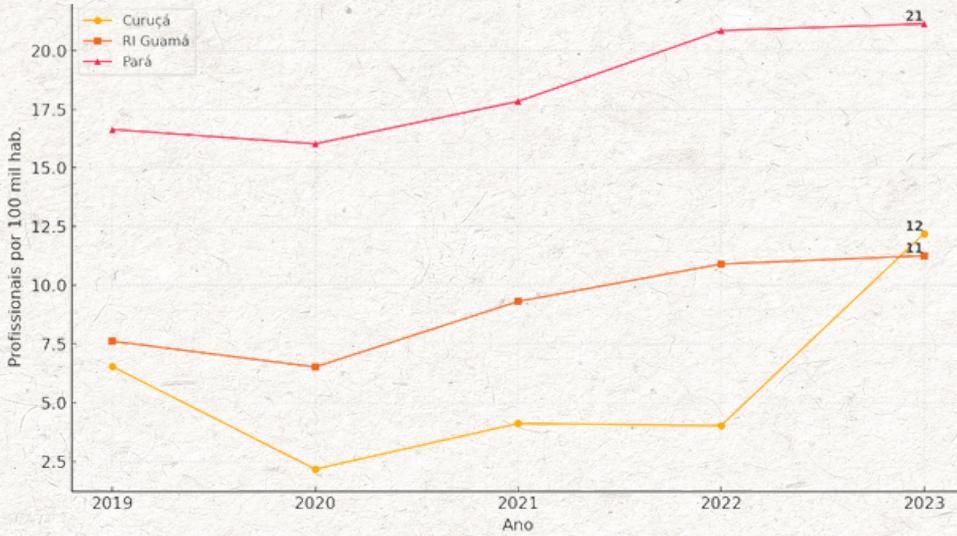
10,9 (2022) e 11,2 (2023), demonstrando estabilidade crescente. O estado do Pará, por sua vez, apresentou os maiores valores da série: 16,7 em 2019, 16,1 em 2020, 17,9 em 2021, 20,9 em 2022 e 21,0 em 2023. Esses dados mostram uma tendência estadual clara de ampliação da presença científica (Gráfico 18).

O salto de Curuçá entre 2022 e 2023 é particularmente relevante, mais do que dobrando o número de profissionais por 100 mil habitantes. Isso pode indicar iniciativas recentes de fortalecimento institucional, ampliação de serviços públicos especializados ou maior fixação de profissionais qualificados. Apesar da melhora, o município ainda está abaixo da média estadual, com diferença de 9 pontos em 2023. A RI Guamá apresenta desempenho intermediário e consistente. O Pará demonstra políticas mais robustas de atração e manutenção desses profissionais, fator essencial para o desenvolvimento científico e tecnológico (Gráfico 18).





**Gráfico 18** - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

# ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

*Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*





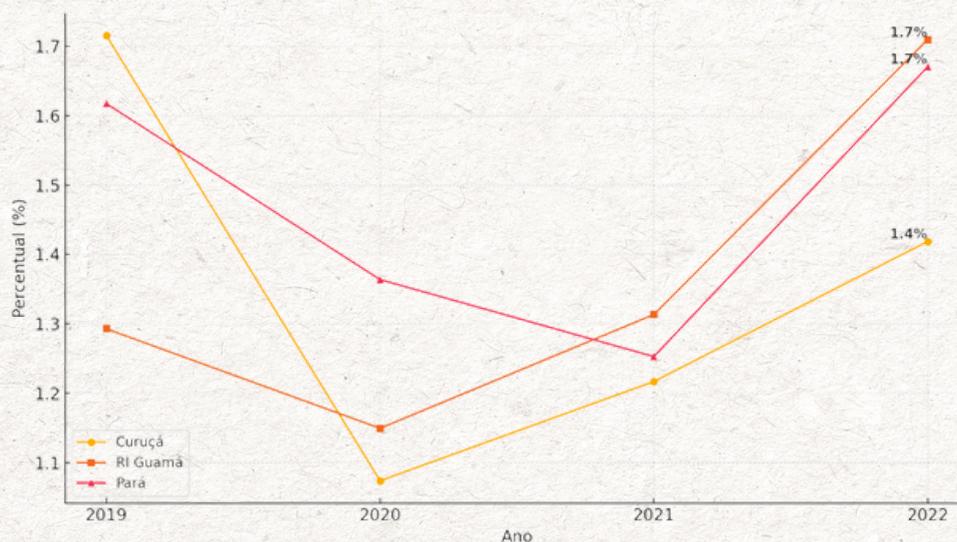
### Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Curuçá iniciou o período de análise com 1,71% de sua massa salarial formal em relação ao PIB em 2019, caindo abruptamente para 1,07% em 2020, durante a pandemia. A partir daí, houve leve recuperação: 1,22% em 2021 e 1,40% em 2022. A RI Guamá apresentou trajetória mais estável, começando em 1,29% em 2019, recuando para 1,15% (2020), e crescendo para 1,31% (2021) e 1,70% (2022). Já o estado do Pará iniciou com 1,62% em 2019, caiu para 1,35% em 2020 e atingiu 1,68% em 2022, também evidenciando recuperação. Apesar da queda generalizada em 2020, os dados de 2022 mostram retomada expressiva em todos os recortes (Gráfico 19).

A menor participação da massa salarial for-

mal no PIB de Curuçá, comparada à RI Guamá e ao estado, reflete limitações estruturais no mercado de trabalho e na produtividade local. Embora tenha sido o único recorte com valor superior a 1,7% em 2019, a queda abrupta e a recuperação mais lenta demonstram fragilidade econômica diante de choques externos. A RI Guamá e o estado do Pará, por sua vez, conseguiram recompor a participação da massa salarial de forma mais robusta até 2022. A elevação no percentual estadual sugere avanços no volume e na formalização de empregos com salários mais altos. Para Curuçá, os dados reforçam a necessidade de fortalecer a economia formal e ampliar setores com maior valor agregado (Gráfico 19).

**Gráfico 19** - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

# ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

## Acesso à Telefonia Móvel

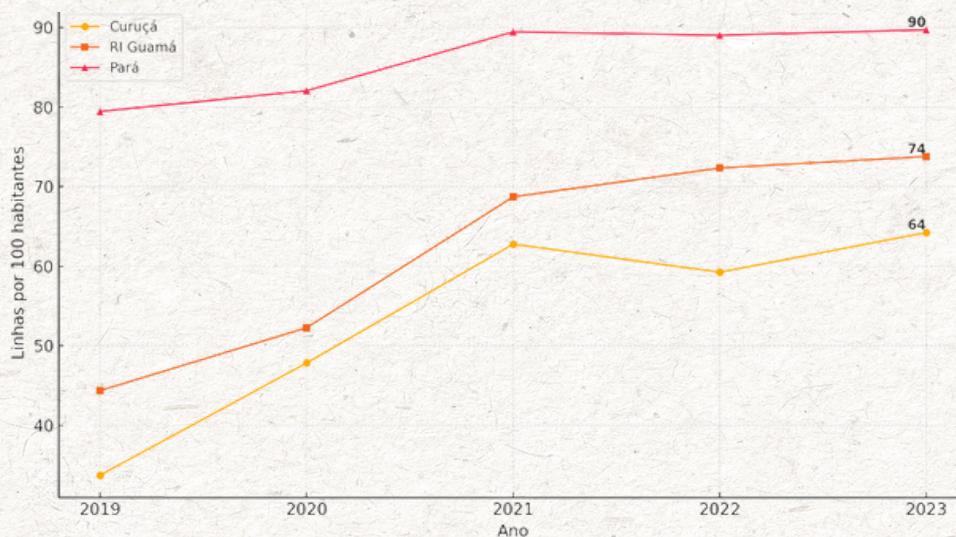
Em Curuçá, o acesso à telefonia móvel apresentou evolução de 34 linhas por 100 habitantes em 2019 para 64 em 2023. O crescimento foi acentuado até 2021 (63), seguido de leve queda em 2022 (59), e nova alta no último ano. A RI Guamá iniciou com 45 em 2019 e encerrou 2023 com 74, mantendo crescimento mais linear. O estado do Pará manteve os maiores valores durante todo o período, partindo de 79 em 2019 para 90 em 2023. O ritmo de crescimento foi constante, com estabilidade entre 2021 e 2022 (89), subindo para 90 no último ano (Gráfico 20).

Apesar do avanço de Curuçá, o município segue com um dos piores desempenhos relativos, abaixo da média estadual e regional. Em 2023, a diferença entre Curuçá e o estado foi de 26 linhas por 100 habitantes. O indicador mostra que, embora a inclusão digital esteja em progresso, ainda persiste um hiato importante. A RI Guamá tem apresentado expansão moderada, com convergência parcial em relação ao estado. Já o Pará mostra uma consolidação mais ampla do acesso, possivelmente ligada a políticas de infraestrutura e mercado mais competitivo. A ampliação contínua desse serviço é estratégica para garantir conectividade, inclusão social e acesso à informação (Gráfico 20).





**Gráfico 20** - Acesso à Telefonia Móvel, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

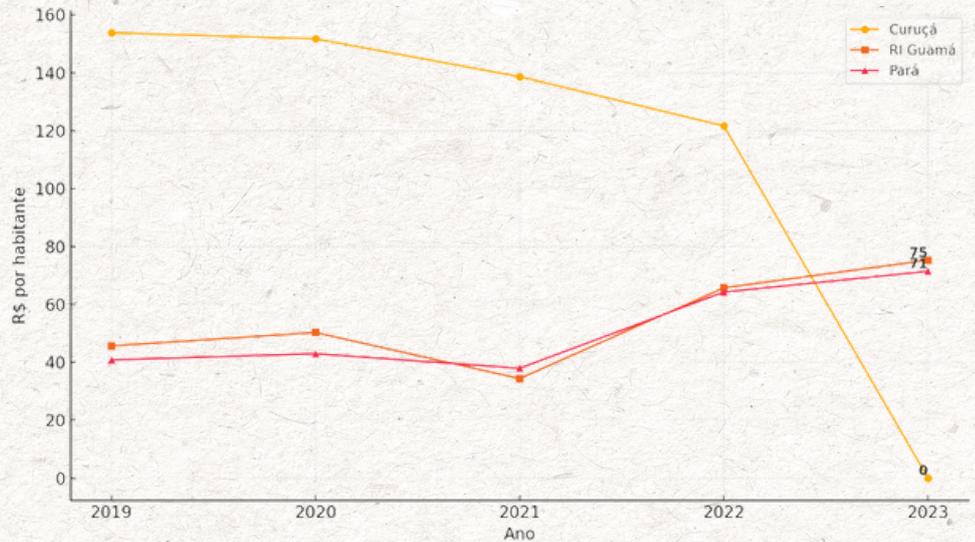
### Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Curuçá iniciou o período com o maior valor entre os três recortes: R\$ 153,4 em 2019, caindo levemente para R\$ 150,9 em 2020 e R\$ 138,4 em 2021. Em 2022, o município registrou R\$ 121,2, mas em 2023 os investimentos cessaram completamente, com R\$ 0,00. A RI Guamá variou de R\$ 45,9 (2019) a R\$ 75,3 (2023), com recuo em 2021 (R\$ 34,6), mas forte crescimento nos dois últimos anos. O estado do Pará manteve desempenho semelhante: R\$ 42,1 (2019), queda até R\$ 38,0 (2021) e crescimento até R\$ 71,3 em 2023 (Gráfico 21).

A queda abrupta em Curuçá em 2023 contrasta com a tendência de recuperação verificada na região e no estado. Enquanto RI Guamá e Pará aumentaram os gastos no pós-pandemia, Curuçá descontinuou completamente a aplicação de recursos no setor. Isso levanta preocupações sobre descontinuidade de políticas culturais e ambientais no município. A convergência dos valores regionais e estaduais em torno de R\$ 70 indica esforço articulado para retomada. A interrupção em Curuçá pode comprometer iniciativas sustentáveis e de valorização cultural, essenciais para o desenvolvimento local (Gráfico 21).



**Gráfico 21** - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

# ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

*Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.*





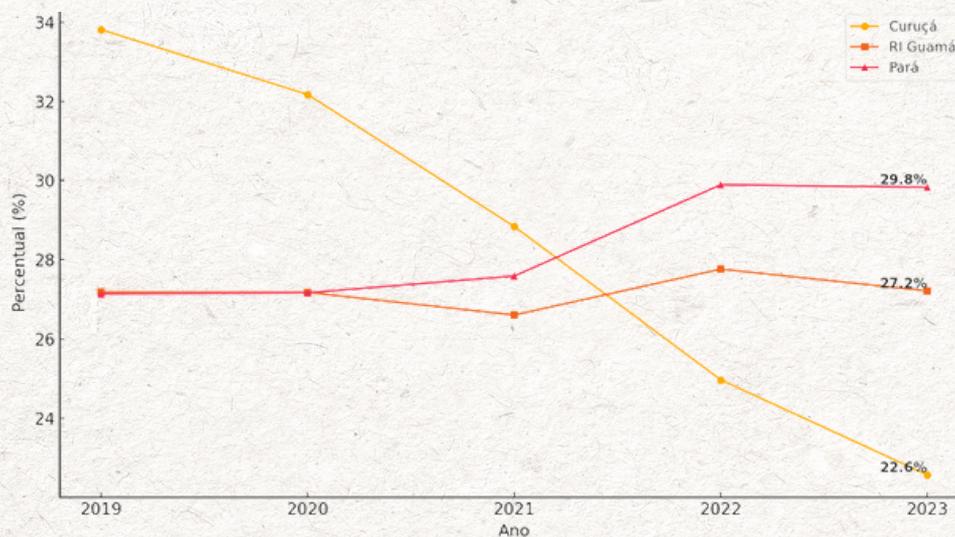
## Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O percentual em Curuçá caiu significativamente: de 33,8% em 2019 para 22,6% em 2023. A redução foi contínua ao longo dos anos, com destaque para os últimos dois (29,0% em 2021 e 24,9% em 2022). A RI Guamá oscilou de forma moderada, saindo de 27,2% em 2019, atingindo 26,6% em 2021 e finalizando em 27,2% em 2023. Já o estado do Pará partiu de 27,2% em 2019 e teve aumento até 29,8% em 2023, com subida acentuada após 2021 (Gráfico 22).

Essa evolução demonstra que Curuçá foi o único dos três níveis a apresentar melhora consistente no indicador. A queda de 11

pontos percentuais em quatro anos revela avanços em coleta de resíduos ou maior conscientização ambiental da população de baixa renda. Em contraste, o aumento no estado e a estagnação regional sugerem dificuldades estruturais na universalização dos serviços. O avanço de Curuçá, ainda que positivo, exige atenção para manter a tendência. Programas de coleta seletiva, educação ambiental e acesso a serviços públicos adequados devem ser reforçados. A continuidade dessa política pode posicionar o município como referência ambiental na região (Gráfico 22).

**Gráfico 22** - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

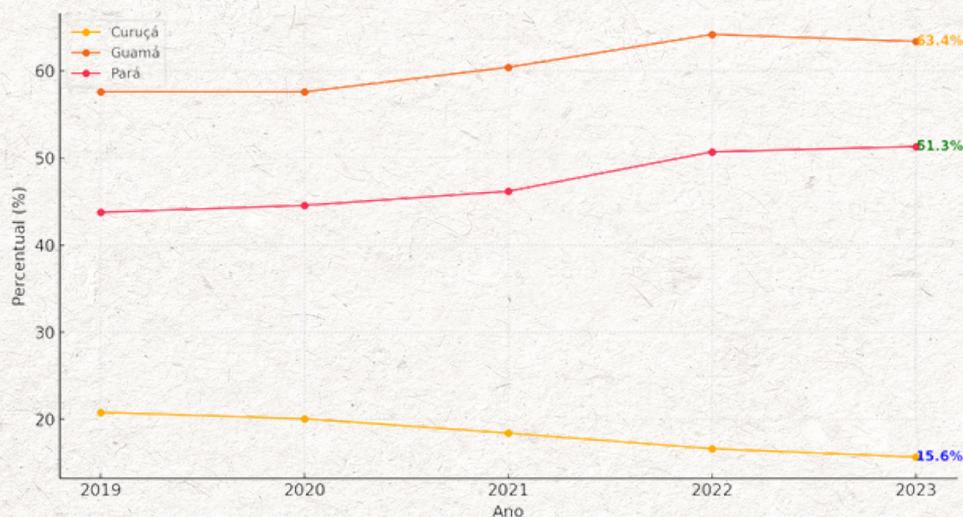
## População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Curuçá apresentou tendência de queda: partiu de 20,6% em 2019 para 15,6% em 2023, com diminuições graduais ano a ano. A RI Guamá teve comportamento inverso, subindo de 58,2% para 70,1%. O estado do Pará também cresceu: de 43,5% (2019) para 51,3% (2023), evidenciando agravamento da precariedade no saneamento básico entre os mais pobres. Curuçá, nesse contexto, foi o único recorte a apresentar melhora (Gráfico 23).

A redução de quase 5 pontos percentuais no município pode ser reflexo de investimentos locais em saneamento individual adequado

ou intervenções diretas do poder público. Mesmo partindo de uma base melhor, Curuçá conseguiu reduzir ainda mais a dependência de fossas rudimentares. Já a piora na RI Guamá e no estado do Pará é preocupante, indicando retrocesso ou ausência de avanços. Os dados reforçam a importância de manter ações descentralizadas e sustentáveis. A continuidade da redução no município depende de políticas estruturadas de saneamento e fiscalização. O contraste regional aponta desigualdades marcantes que precisam ser enfrentadas com prioridade (Gráfico 23).

**Gráfico 23** - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

# ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

## Gastos per capita com prevenção de desastres

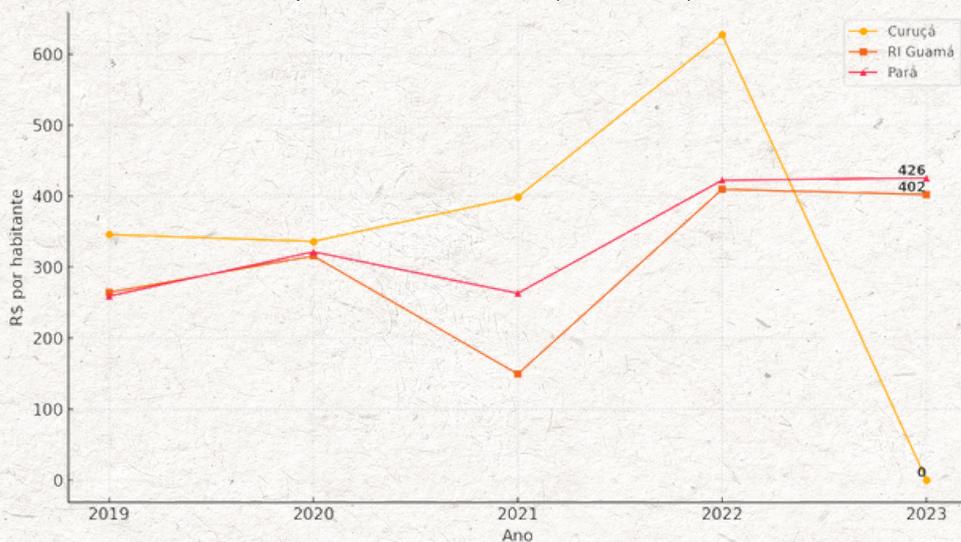
Em Curuçá, os gastos per capita com prevenção de desastres iniciaram em R\$ 349,8 em 2019, caíram ligeiramente para R\$ 338,0 em 2020 e subiram para R\$ 399,8 em 2021. O pico foi em 2022, com um gasto elevado de R\$ 624,1. No entanto, em 2023 houve uma queda abrupta para R\$ 0, indicando ausência total de investimento nesse ano. Na Região de Integração Guamá, o comportamento foi distinto: R\$ 263,5 (2019), alta até R\$ 314,6 (2020), queda acentuada para R\$ 151,4 (2021) e retomada até R\$ 402 (2023). O Pará manteve trajetória semelhante à RI, indo de R\$ 260,5 (2019) até R\$ 425,6 (2023) (Gráfico 24).





A queda total em Curuçá em 2023 contrasta fortemente com os níveis regional e estadual, que mostraram retomada e crescimento dos investimentos. Isso levanta questionamentos sobre descontinuidade ou redirecionamento de prioridades orçamentárias no município. Considerando os riscos ambientais e a necessidade de prevenção, esse recuo pode representar vulnerabilidade significativa. A RI Guamá e o estado do Pará demonstram compromisso maior com a gestão de riscos, ainda que também tenham passado por variações (Gráfico 24).

**Gráfico 24** - Gastos per capita com prevenção de desastres, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



# ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

## Despesa per capita com preservação aquática

O município de Curuçá não apresentou investimentos significativos em preservação aquática entre 2019 e 2021, com valores nulos nos três anos. Em 2022, foram registrados R\$ 12,4 por habitante, com forte crescimento em 2023, quando o indicador alcançou R\$ 93,0. Já a RI Guamá iniciou com R\$ 0 em 2019 e passou para R\$ 44,1 em 2023, com crescimento gradual desde 2020 (R\$ 2,3). O Pará teve os maiores valores ao longo do período: R\$ 182,4 (2019), R\$ 277,8 (2020), R\$ 224,2 (2021), leve recuo para R\$ 180,2 (2022) e pico de R\$ 287,3 em 2023 (Gráfico 25).

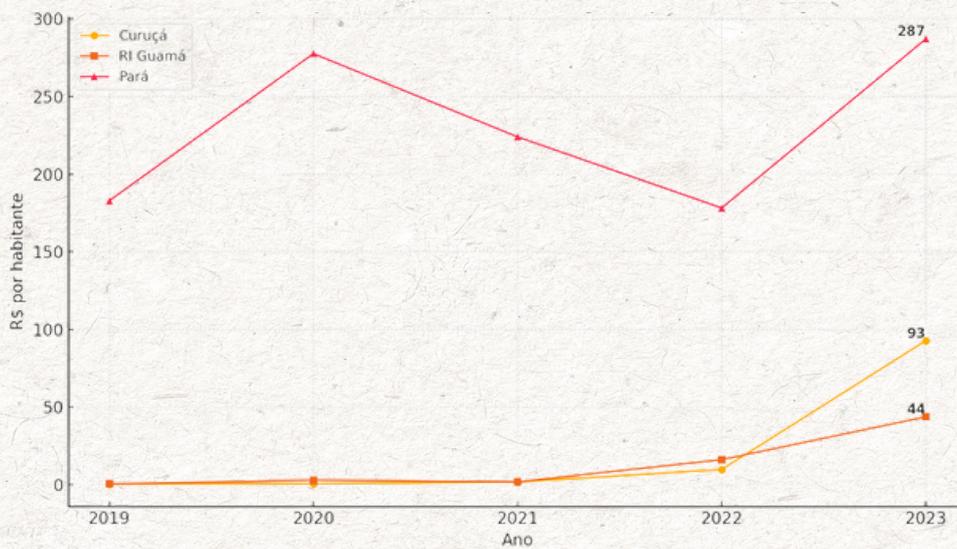
A evolução recente em Curuçá sugere que a agenda ambiental aquática passou a ser incorporada tardiamente na política pública local. Embora o crescimento em 2023 seja expressivo, os valores ainda estão bem abaixo dos aplicados pelo estado. A RI Guamá também mostra avanços, embora de forma mais gradual. O Pará, por sua vez, apresenta uma política mais consolidada de preservação dos ecossistemas hídricos, com investimentos consistentes ao longo dos anos. A tendência positiva em Curuçá, se mantida, pode contribuir para proteção de rios e áreas costeiras sensíveis (Gráfico 25).

*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.*





**Gráfico 25** - Despesa per capita com preservação aquática, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 93/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

# ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

## Percentual da Área de Floresta em relação à área total

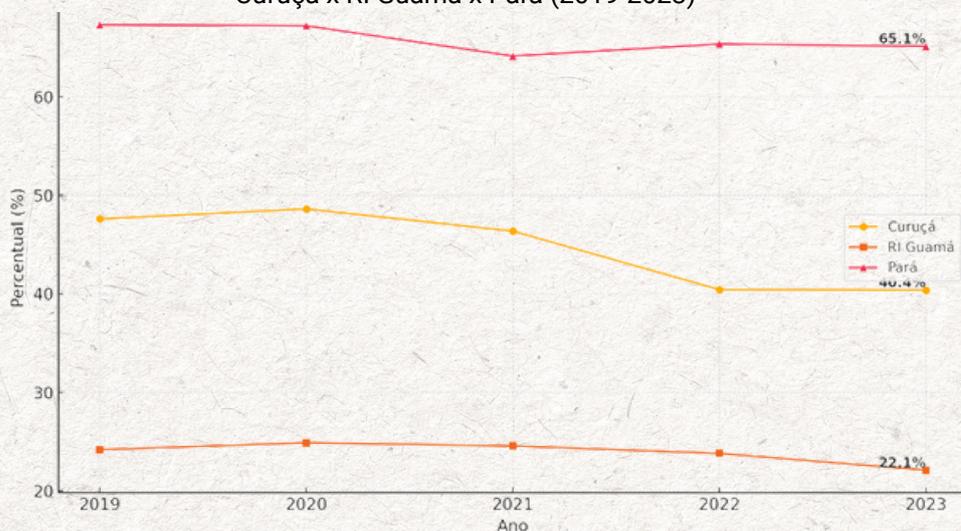
Curuçá iniciou o período com 47,5% de sua área coberta por floresta em 2019, subindo para 48,4% em 2020, mas depois apresentou declínio contínuo: 46,2% (2021), 40,4% (2022) e 40,4% novamente em 2023. A RI Guamá manteve um nível inferior e praticamente estável até 2021 (24,0%), recuando em seguida para 22,1% em 2023. O estado do Pará manteve uma das maiores proporções: 66,6% em 2019, 66,7% em 2020, com pequena queda em 2021 (64,0), leve recuperação em 2022 (65,1%) e manutenção desse valor em 2023 (Gráfico 26).

Os dados mostram que, apesar de Curuçá ter começado

com um índice florestal mais alto que sua região, perdeu cobertura significativamente ao longo dos cinco anos. A perda de 7 pontos percentuais em floresta entre 2020 e 2022 levanta alertas sobre pressão ambiental crescente. A RI Guamá teve uma redução mais sutil, mas partindo de níveis já baixos, reforçando o cenário de degradação contínua. O Pará, embora com valores elevados, também sofreu oscilações e não reverteu a perda acumulada. A manutenção da floresta é fundamental para o equilíbrio hídrico, controle climático e preservação da biodiversidade (Gráfico 26).



**Gráfico 26** - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

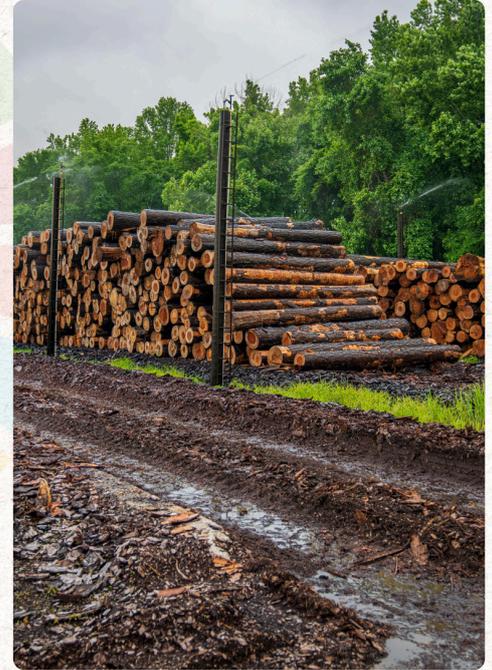


## Percentual da Área Desmatada em relação à área total

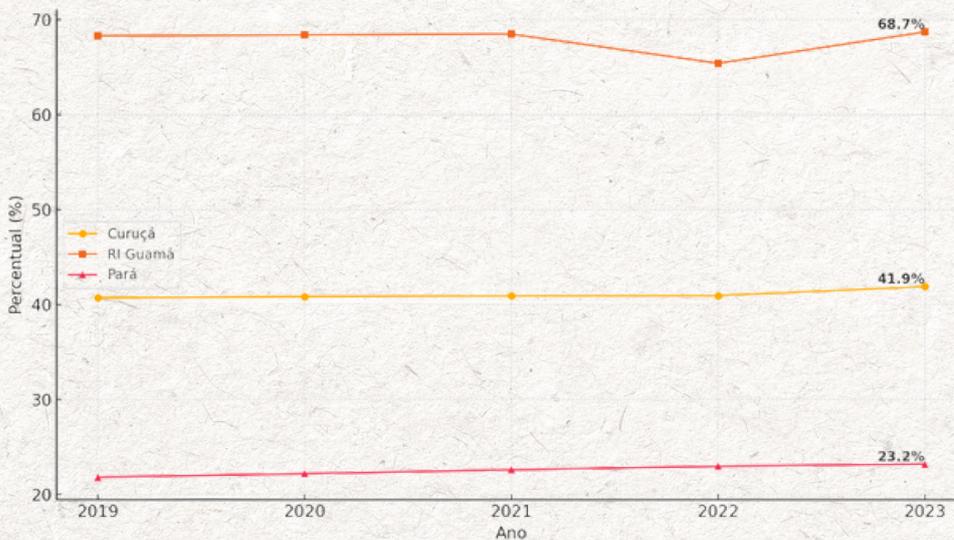
O município de Curuçá manteve praticamente o mesmo percentual de área desmatada entre 2019 e 2022, com variação discreta de 40,6% para 41,4%, subindo para 41,9% em 2023. A RI Guamá apresentou valores bem mais altos, com 68,3% em 2019, estabilidade até 2021 (68,5%), queda em 2022 (65,4%) e nova elevação para 68,7% em 2023. Já o Pará apresentou valores mais baixos e estáveis: 21,8% em 2019, subindo levemente até 23,2% em 2023. A estabilidade geral nos três recortes oculta o fato de que os patamares continuam elevados, principalmente em Guamá e Curuçá (Gráfi-

co 27).

A persistência de altos níveis de desmatamento em Curuçá e na região, mesmo com pequena variação anual, indica que a pressão sobre os ecossistemas locais permanece intensa. A situação da RI Guamá é ainda mais crítica, com quase 70% da área desmatada em 2023. O Pará, embora também em crescimento, apresenta controle mais efetivo. A conjugação de perda florestal e elevação na área desmatada exige resposta urgente em políticas de conservação e ordenamento territorial (Gráfico 27).



**Gráfico 27** - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

## Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

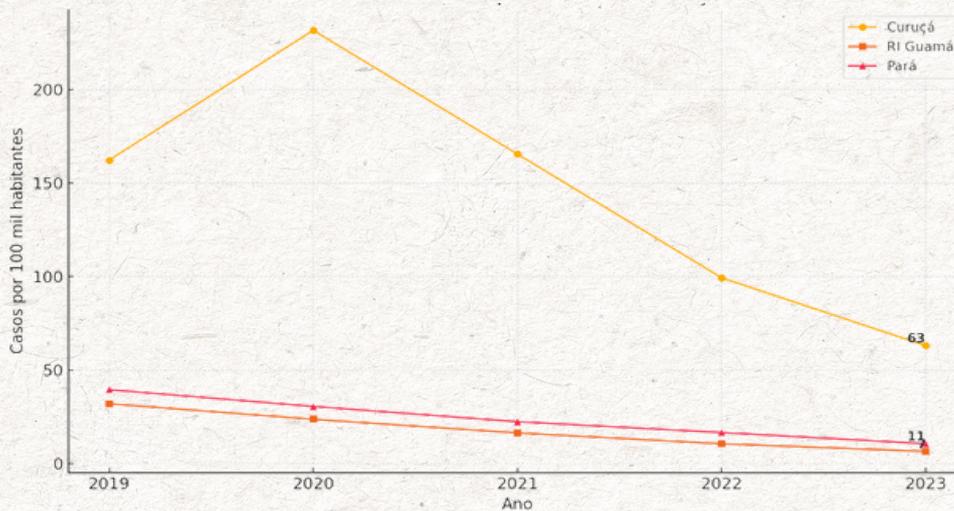
Em Curuçá, o indicador começou elevado em 2019 (163 casos por 100 mil habitantes), atingindo um pico alarmante em 2020 com 233 casos. A partir daí, houve uma redução contínua: 167 (2021), 99 (2022) e 63 (2023). Já a RI Guamá apresentou queda gradual: 32 (2019), 24 (2020), 16 (2021), 11 (2022) e 7 (2023). O estado do Pará também reduziu seus índices de forma contínua: 39 (2019) para 11 (2023), alinhando-se à média regional (Gráfico 28).

A trajetória de Curuçá revela um início crítico, com níveis

muito acima das médias estadual e regional, mas também uma queda expressiva de 170 pontos entre 2020 e 2023. Apesar da melhora, o município ainda encerra o período com taxa quase seis vezes maior que a do estado e da RI Guamá. A redução pode estar associada a ações de fiscalização, políticas sociais ou programas de combate ao trabalho infantil. O desafio permanece na consolidação dessa tendência positiva. É fundamental ampliar o acesso à educação e à proteção social para erradicar essa violação de direitos (Gráfico 28).



**Gráfico 28** - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

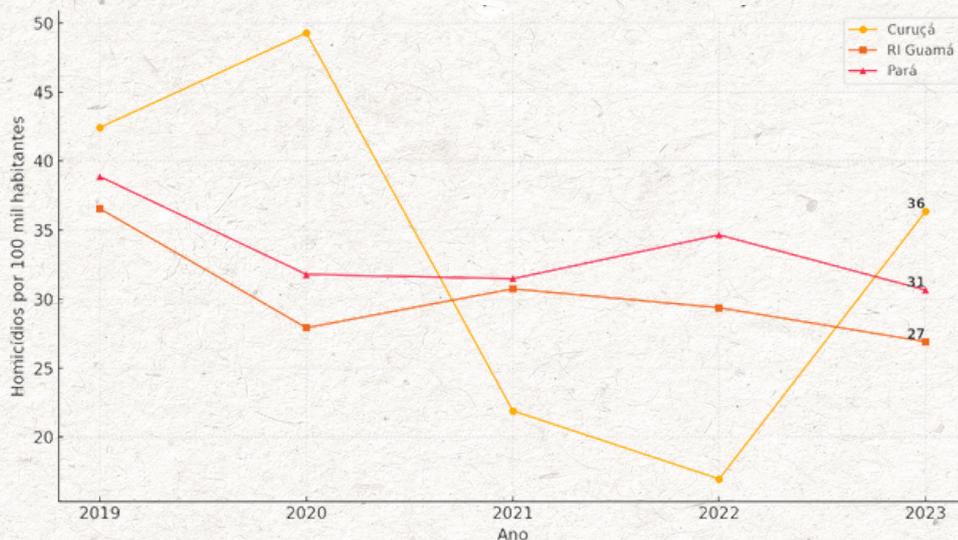
Em Curuçá, a taxa de homicídios foi de 42,5 em 2019 e aumentou para 49,3 em 2020, o maior valor do período. Em seguida, houve forte queda: 22,2 (2021) e 16,8 (2022), mas em 2023 houve um salto preocupante para 36,0. A RI Guamá iniciou com 36,7 (2019), caiu para 28,0 (2020), oscilou levemente até fechar em 27,0 (2023). O Pará partiu de 38,6 (2019), reduziu até 31,0 em 2023, com leve alta em 2022 (34,7) (Gráfico 29).

O comportamento de Curuçá é marcado por grande instabilidade, com variações a-

bruptas, indicando fragilidade nos mecanismos locais de segurança pública. Em 2022, o município chegou a ter a menor taxa entre os três recortes, mas o salto para 36,0 em 2023 reverte essa melhora. A RI Guamá e o estado do Pará mantiveram quedas mais consistentes ao longo dos anos, com níveis relativamente estáveis. Isso reforça a necessidade de políticas locais específicas de prevenção à violência. Investimentos em inteligência policial, justiça e inclusão social são essenciais para conter novas elevações (Gráfico 29).



**Gráfico 29** - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga pontos por 100 hab.).

*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.*

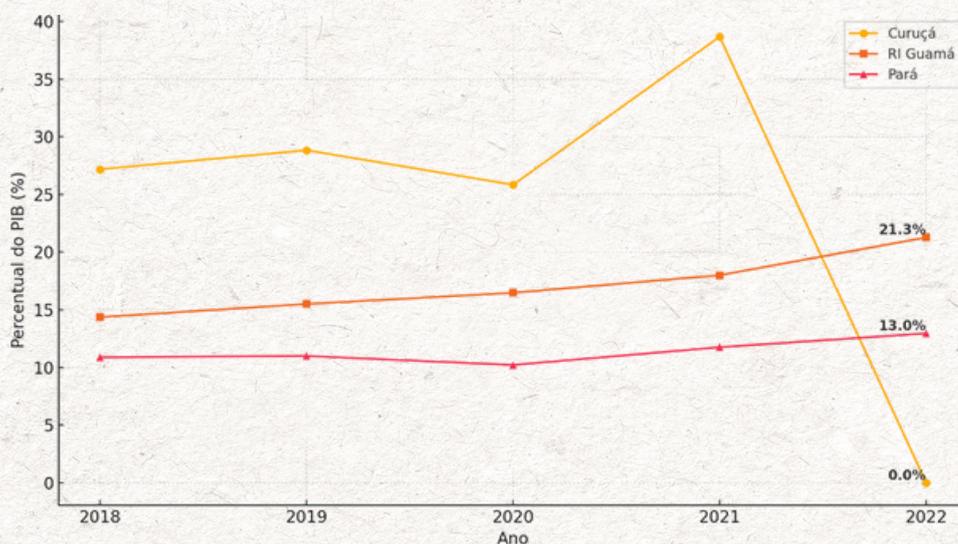


## Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Curuçá apresentou inicialmente altos níveis de gasto público em relação ao seu PIB: 27,1% em 2018, subindo para 28,9% em 2019. Em 2020, o percentual caiu para 26,0%, mas voltou a crescer significativamente em 2021, atingindo o pico de 38,7%. No entanto, em 2022, houve uma queda abrupta para 0,0%, sinalizando ausência total de registro ou execução orçamentária compatível com o PIB naquele ano. A Região de Integração Guamá manteve crescimento contínuo: 14,2% (2018) para 21,3% (2022), com evolução gradual e estável. Já o estado do Pará oscilou pouco: 10,8% (2018), 11,0% (2019), 10,2% (2020), 11,8% (2021) e 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

A trajetória de Curuçá é marcada por forte instabilidade, contrastando com os avanços constantes nas demais escalas. A queda para 0% em 2022 representa um descompasso administrativo grave, sugerindo falhas na execução orçamentária, na transparência ou na contabilização do gasto. Em contraponto, tanto RI Guamá quanto o estado do Pará demonstram controle crescente da participação pública na economia. O aumento progressivo do gasto público na região pode estar associado a maiores investimentos em serviços essenciais e infraestrutura (Gráfico 30).

**Gráfico 30** - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Curuçá x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



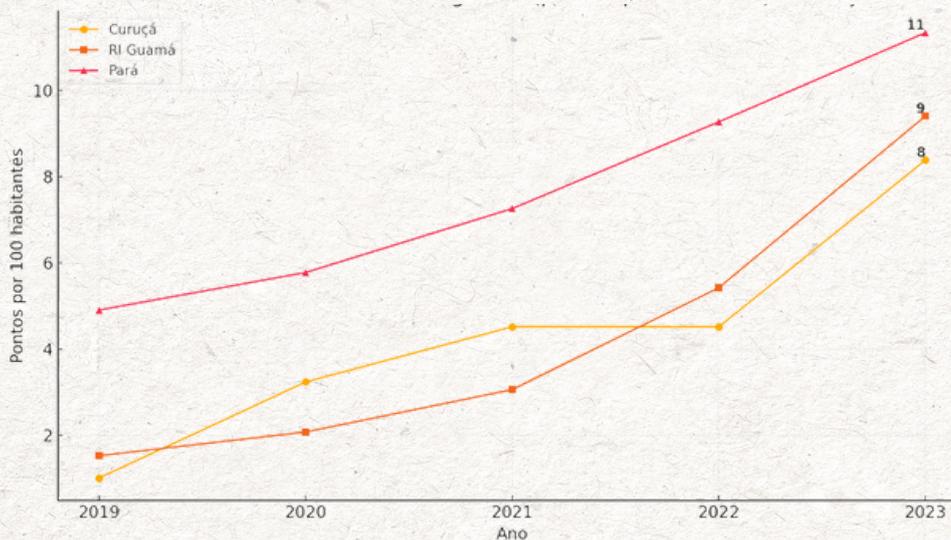
### Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Curuçá iniciou com apenas 1,0 ponto de acesso por 100 habitantes em 2019, avançando para 3,3 em 2020 e 4,5 em 2021. A taxa manteve-se estável em 2022 (4,5) e registrou novo salto em 2023, atingindo 8,3 pontos. A RI Guamá teve desempenho um pouco superior: 1,5 (2019), 2,1 (2020), 3,0 (2021), 5,4 (2022) e 9,0 em 2023. Já o estado do Pará manteve a liderança no indicador durante todo o período: 4,9 (2019), 5,8 (2020), 7,1 (2021), 9,2 (2022) e 11,0 pontos em 2023 (Gráfico 31).

A evolução de Curuçá indica expansão significativa da infraestrutura de conectividade,

especialmente nos anos de 2020 e 2023. Mesmo com crescimento, o município ainda apresenta valores abaixo da média estadual, refletindo desigualdades no acesso à internet fixa. A RI Guamá, com crescimento semelhante, também segue atrás do estado, mas mostra ritmo mais constante. O Pará, por sua vez, avança de forma acelerada, sugerindo políticas mais robustas de ampliação do acesso digital. A conectividade é fator-chave para educação, inclusão produtiva e cidadania, especialmente em áreas rurais e periféricas (Gráfico 31).

**Gráfico 31** - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Curuçá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

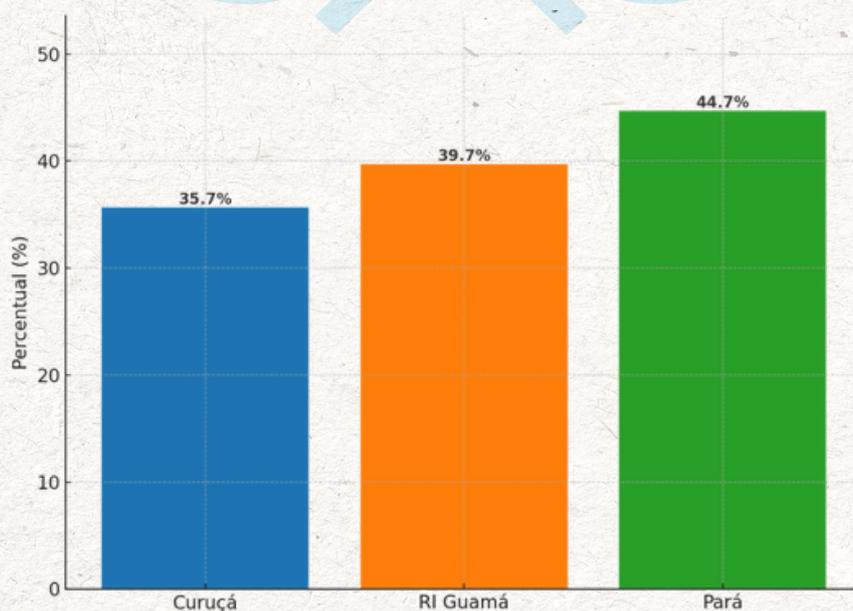
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

# Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Curuçá** registrou um IDS de **35,7%** (gráfico 32).

**Gráfico 32** - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Curuçá x RI Guamá x Pará (2025)



## Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>> Acesso em 21/03/2025.



# Anexo I

## Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

**Figura 1** - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



**Figura 2** - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

**Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS**



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

## Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

**Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027**



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

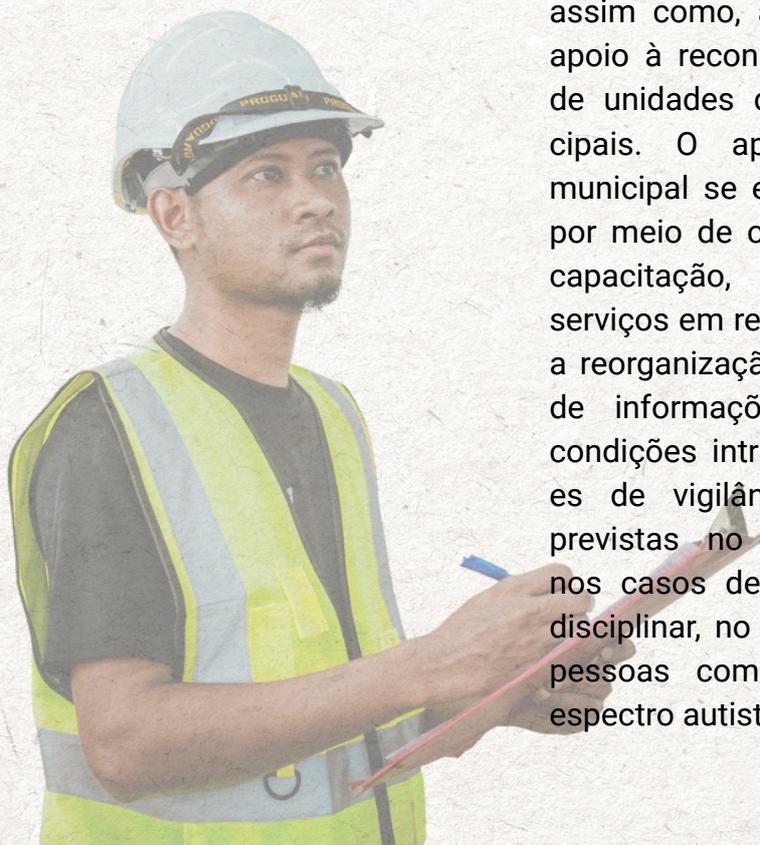


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

## Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Curuçá na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Curuçá e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



## Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



## Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

\*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



## FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

[www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)

